



ANAIS
II SIMPÓSIO NACIONAL
DE
ESTUDOS MISSIONEIRO

OS ANAIS DO II SIMPÓSIO

Este é o livro que contém os trabalhos apresentados durante o II Simposio Nacional de Estudos Missionarios, realizado em Santa Rosa, RS, em outubro de 1977. O livro é organizado em duas partes: a primeira apresenta os trabalhos apresentados e a segunda apresenta o resumo dos trabalhos.

O livro é organizado em duas partes: a primeira apresenta os trabalhos apresentados e a segunda apresenta o resumo dos trabalhos.

O livro é organizado em duas partes: a primeira apresenta os trabalhos apresentados e a segunda apresenta o resumo dos trabalhos.

ANAIS DO II SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROIS

O livro é organizado em duas partes: a primeira apresenta os trabalhos apresentados e a segunda apresenta o resumo dos trabalhos.

O livro é organizado em duas partes: a primeira apresenta os trabalhos apresentados e a segunda apresenta o resumo dos trabalhos.

O livro é organizado em duas partes: a primeira apresenta os trabalhos apresentados e a segunda apresenta o resumo dos trabalhos.

18 a 22 de outubro de 1977
Santa Rosa — RS

Luiz Carlos Schellenberger

OS GUARANIS NO BRASIL HOJE

Egon Dionísio Heck
Wilmar D'Angelis

INTRODUÇÃO

A presença deste tema, em um Simpósio de Estudos Missionários, justifica-se pela sua estreita ligação, com aquele. Mais que isso, a presença deste tema não permite que se estude os Povos das Missões numa postura cientificista, onde se volta ao passado com a lente dos curiosos e ali se permanece, sem fazer com que este passado ilumine o presente, abrindo perspectivas para o futuro.

De fato, não se justificaria o Simpósio se do estudo do Mundo Missionário não se procurasse aprender mais de nossa formação histórica e, com isso, iluminar o presente que vivemos e propor-lhe alternativas a partir das experiências que estão nas origens daquela formação. Do mesmo modo, e estreitamente relacionado a essas vias alternativas, o Simpósio deve ocupar-se da atual situação do Povo que constitui o Mundo Missionário, procurando localizar as causas desta situação e buscando alternativas para ele, que lhe permitem romper com as condições opressivas que o marginalizam e concorrem para sua desagregação.

Assim, entendemos que não teria sentido estudar-se o Mundo Missionário se os índios Guarani que vivem hoje em nada se beneficiassem com isso. Levantemos, pois, alguns aspectos importantes da vida dos Guarani no Brasil hoje, para que a partir disso se possa iniciar o debate sobre as perspectivas que se apresentam a esse povo — e aos demais povos indígenas no Brasil — de resistir às pressões da sociedade nacional que tendem a negar-lhe a existência ou permitir-lhe, com a condição de serem os mais marginalizados entre os marginalizados.

LOCALIZAÇÃO — DEMOGRAFIA

Os Guarani no Brasil hoje, pertencem a três subgrupos daquela nação: Mbyá Apyteré, Avá Xiripá e Pai Tavyterã, que Egon Schaden denomina Mb"uá, Nandéva e Kayová, respectivamente

(Cf. "Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani", São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962. (pp. 10-2).

Encontramos os Guarani espalhados em diversos grupos, sendo que no Brasil estes grupos localizam-se do Rio Grande do Sul a São Paulo, no sul do Mato Grosso, e nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais.

Minas Gerais:

Neste Estado, encontra-se a Fazenda Guarani. Situa-se no Município de Carmésia e funciona como colônia correcional dos índios da região. Na verdade, é uma fazenda cedida temporariamente à FUNAI pelo Governador Pacheco, a título de resolver a questão dos índios Krenak, cuja área estava totalmente invadida e que então foi entregue aos invasores, sendo aqueles índios transferidos para a tal fazenda. Além dos Krenak, foram trazidos para a Fazenda os Guarani que habitavam o litoral do Espírito Santo, onde as companhias reflorestadoras ocuparam a terra em que estavam. No entanto, por não ter sido uma decisão dos índios e pelo péssimo estado do Posto (Faz. Guarani), os Guarani estão retornando ao Espírito Santo, sendo que a maioria já o fez. Quanto ao Espírito Santo, não temos os dados de população, localização dos Guarani aí.

São Paulo:

No Estado de São Paulo, especialmente no litoral, há um bom número de Mbyá, e Avá Xiripá. Os principais aldeamentos conhecidos são:

BARRAGEM — Sub-distrito de Parelheiros — Cerca de 3 alqueires, onde morar 60 pessoas (*).

PURUIBE — Posto indígena no Município de Paruibe — 484 ha, onde vivem 111 pessoas (*).

ITARIRI — (Ex-Posto Carvalho Pinto, até 1967). Município Itariri — 809, 2 ha, 32 pessoas (*).

RIO BRANCO — Município de Itamhaém, margens do Rio Branco. 350 alqueires (?), 21 pessoas (*).

UBATUBA — Município de Ubatuba, 5 ou 6 famílias (?).

RIO SILVEIRA — Município de São Sebastião, margens do Rio Silveira. Terras de particulares, 17 pessoas (*).

ARARIBA — Posto Indígena onde a população majoritária é composta de Terena e Kaingang. 2154 ha, 5 famílias Guarani (*).

Paraná:

LARANJINHA — Posto Indígena. Município de Santa Amélia. 170 ha, cerca de 100 Guarani.

MANGUEIRINH — Posto Indígena — Município de Mangueirinha. Atualmente 3.390 ha cabem aos Guarani, que são 193 naquela área (*).

RIO DAS COBRAS — Posto indígena. Município de Laranjeiras do Sul. População majoritária é Kaingang (1.000 pessoas). 16.800 ha, 200 Guarani.

OBS.: Há grupos de famílias espalhadas no Sudoeste do Estado.

Santa Catarina:

XAPECÓ — Posto indígena. Municípios de Xanxerê, Abelardo Luz e Xaxim. População majoritária: Kaingang, com 1.100 pessoas. 15.053 ha, 250 Guarani (*).

DUQUE DE CAXIAS — Posto Indígena. Município de Ibirama. População majoritária: Kokleng (650). 15.285 ha., 2 núcleos. Guarani: um com 84 e outro com 50 pessoas (*).

OBS.: Há grupos de famílias em cidades do interior catarinense, como Jaraguá do Sul, Ibicaré e outras. Não temos ainda muitos dados sobre eles. Em Jaraguá há cerca de 20 pessoas (*).

Rio Grande do Sul:

CACIQUE DOBLE — Posto indígena. Municípios de Cacique Doble. 4.508 ha., 400 Kaingang, 60 Guarani (*).

VOTOURO, Posto Indígena. Mun. de São Valentim. Próximo a ele e sob sua jurisdição está o Toldo Guarani. 280 ha., quase completamente grilados, onde moram cerca de 20 Grani (*).

NONOAI — Posto indígena. Mun. de Nonoai, Planalto e Alpestre, 14.910 ha. 1.100 Kaingang, 50 a 80 Guarani.

GUARITA, Posto Indígena. Mun. de Ten. Portela, Miraguaí e Rendentora. 23.183 ha. 1.340 Kaingang, 275 Guarani.

TAPES — Grupo de 40 pessoas, morando em 26 ha., emprestados.

OSÓRIO — Grupo de 20 pessoas, no Parque de Rodeio.

OBS.: Há outros grupos espalhados por cidades do interior.

Mato Grosso:

DOURADOS — Posto indígena, Mun. de Dourados. 3.500 ha., 2.700 Guarani (*).

- CAARAPÓ** — Posto indígena (ex-posto Te'yikue). Mun. de Caarapó. 3.000 ha., 1.250 pessoas.
- AMAMBAI** — Posto indígena. Mun. de Amambai. 3.041 ha., 1.400 pessoas (*).
- JACAREÍ** — Posto indígena, próximo da Iguatemi. 2.000 ha. (mais de 1.000 de mata virgem). 613 pessoas (*).
- TAQUAPERI** — Posto indígena. Mun. de Amambaí. 1.800 ha., 610 pessoas (*).
- RAMADA** — Mun. de Amambaí. Posto indígena 2.000 ha., 600 pessoas (*).
- PIRAJUÍ** — Posto indígena. Mun. de Amambaí. 2.000 ha., 480 pessoas (*).
- PANAMBIZINHO** — Mun. de Itaporã. 100 pessoas em 2 lotes do INCRA (cerca de 60 ha.) (*).
- CAMPESTRE** — Mun. de Antonio João. Cerca de 7.500 m² (menos de 1 ha.) 70 pessoas (*).
- OBS.:** Próximo a Campestre, num raio de 50 km., há cerca de 200 PAI Tavyterã. Próximo a Caaxapó há núcleos (2) de famílias no interior de fazendas.

MIGRAÇÃO E CONTATOS ENTRE OS GRUPOS

Os Guarani que vivem no Brasil hoje, com exceção dos que habitam o Sul do Mato Grosso, imigraram da Argentina e Paraguai a partir do início do século passado. A mesma época, algumas hordas dos que habitavam o Sul do Mato Grosso abandonaram sua terra rumo ao litoral, a fim de alcançarem a Terra Sem Males, que devia existir além do Aceano Atlântico (Schaden, Egon, Idem, p. 162). Destes últimos, os que lograram chegar ao litoral, foram obrigados a admitir — mais cedo ou mais tarde — a impossibilidade de atingirem aquele Paraíso. Hoje, no litoral paulista há muitos Avá Xiripá descendentes destas hordas.

Quanto aos outros subgrupos, há notícias de movimentos migratórios em direção à costa Atlântica, também entre os Pai há vários decênios, segundo Schaden (Idem, p. 172). E quanto aos Mbyá o mesmo autor escrevia em 1954, serem na atualidade... os únicos que se dirigem para a região litorânea” (Idem, p. 169).

De fato, entre os Mbyá permanecem os movimentos migratórios na direção do Atlântico, motivados por um messianismo re-

(*) Significa que os dados referentes à população do respectivo núcleo são do senso realizado em 1977.

ligioso, em geral aguçado pelas dificuldades e privações que se vêem obrigados a enfrentar.

O movimento migratório entre os Mbyá não é muito difícil de ser constatado, sendo possível, inclusive, inclusive, constatá-lo em conversas com eles. Outro fator que demonstra a migração e a mudança de residência são os laços de parentesco entre os diversos grupos espalhados nos vários Estados. Outro elemento importante que demonstra a atualidade das migrações entre os Mbyá é a entrada recentemente no Brasil de grupos ou famílias deste subgrupo Guarani, oriundos da Argentina. Assim, um grupo de quase 40 deles foi encontrado em Porto Alegre — sob uma ponte no mês de abril deste ano, tendo vindo recentemente daquele país vizinho. Outro grupo — cerca de 20 Mbyá — que vive em Osório (RS), veio da Argentina há pouco mais de 3 anos. Assim também se dá com várias famílias que chegam aos postos indígenas, como o Xapecó, que há poucos meses recebeu mais alguns Mbyá que vieram do outro lado do Peperi Guaçu, fronteira de Santa Catarina com a Argentina.

Conseqüências desses movimentos migratórios são as situações dramáticas em que às vezes se encontram esses grupos, vivendo miseravelmente, com uma alimentação deficiente. Esse é o caso dos que chegaram este ano a Porto Alegre, dos que chegaram a Osório, dos que vivem espalhados nos Estados do Sul, dos que habitam o litoral paulista fluminense e capixaba. Sem terras garantidas, sem condições de ampliar suas plantações, explorados como mão-de-obra barata, discriminações pela população branca muitas vezes, estes grupos vivem em constante instabilidade. Ante toda a pressão da sociedade branca, e o desânimo que se lhes abate, os Xiripá, vão se rendendo e permitindo a mestiçagem e a desintegração de sua cultura. A mestiçagem é fruto de uma desorganização já existente e, por sua vez, é causa de agravamento dessa desorganização e desintegração grupal.

Os Mbyá, de um modo geral, persistem, fazendo questão de identificar-se como “verdadeiro Guarani”, ou “Quarani legítimo” ou ainda, “puro Guarani”. Estes se orgulham de não contarem mestições em seu meio, e mantêm suas práticas religiosas.

TERRA — TRABALHO E SUBSISTÊNCIA

Como para todos os Povos Indígenas no Brasil, esta questão traz dificuldades também para os Guaranis.

No Espírito Santo, sua luta é com as reflorestadoras (multinacionais como a Aracruz, etc.) que tomaram suas terras como tomaram a dos últimos sobreviventes Tupiniquim.

No litoral paulista e fluminense há núcleos de famílias morando em terras de particulares, sempre na iminência de serem

despejados. Com a construção de Rio-Santos (rodovia), alguns tem ingressado nas suas frentes de trabalho. Também esta estrada está levando a eles outros males, como a prostituição, segundo informações obtidas junto a pessoas do litoral norte paulista.

Os de Peruíbe tem a terra garantida, por ser Posto indígena. Muitos índios deste Posto trabalham de diaristas em bananais e mesmo em construções civis nos centros urbanos próximos (Peruíbe, Itanhaen). Sua subsistência depende muito de artesanato que fazem e vendem, muitas vezes, na Praça da República, em São Paulo.

Em Itariri a terra lhes é garantida, estando, no entanto, ainda em poder do Patrimônio do Estado de São Paulo, não tendo passado à União. Também aí, alguns índios trabalham em bananais. Porém, a caça existente na área (coberta de mata) é importante fator de subsistência. No Rio Branco há consenso na região sobre a existência de áreas dos índios (em termos de reserva), que, de fato, não é invadida. Está se verificando se esta terra é do Estado ou da União, e, se efetivamente está reservada para os índios. Este grupo tem na caça e na pesca, em pequenas plantações, a base de sua subsistência. Fazem também algum artesanato ou cortam algum palmito, que vendem para com o dinheiro adquirir coisas na cidade.

Próximos à Barragem de Guarapiranga, em São Paulo, cerca de 60 Guaranis moram em aproximadamente 3 alqueires, de propriedade de Yassuko Kugo. Não parece fácil a solução para este caso. Os índios plantam quanto podem e fazem artesanato, para sobreviver.

No posto Araribá e no posto Laranjinha, os índios trabalham de bóias-frias.

No sul do Mato Grosso, a situação não é menos difícil.

O Grupo de Cao Alziro, em Campestre, habita terras que pertencem à municipalidade de Antônio João, que além disso, não chega a um hectare. Isso gera constantes problemas entre índios e brancos, dos quais a FUNAI tem conhecimento, sendo que não toma qualquer atitude para solucionar a questão.

Nas demais áreas do sul do Mato Grosso a proporção entre a extensão da terra e o número de pessoas é sempre muito baixa. Além disso, explora-se as riquezas existentes nas áreas, sem benefício para os índios. Assim, no Posto Gaarapó, a exploração da madeira vai desmatando a área, tornando-se semelhante à do P. I. Dourados, totalmente devastada. Em toda essa região, os índios trabalham para fazendeiros e ervateiros (trabalhando na chaga).

Posto indígena Rio das Cobras (PR), a invasão da terra dos índios, por colonos e fazendeiros, é algo que ocorre há, pelo menos, uma década, sem que se tome providência para solucionar a ques-

tão. Soma-se a isto o fato de que existem madeireiros tirando a madeira da área.

No Posto Mangueirinha o Governo Estadual grilou mais da metade das terras indígenas, em 1949. A porção tirada dos índios encontra-se hoje em poder da firma Salviero, de Curitiba. Esta área é constituída de parte da área dos Guarani e parte dos Kaingang. Os Guarani desta área vivem de suas roças, de artesanato que vendem na beira da rodovia, Pato Branco — Guarapuava, e do trabalho como peões para os brancos.

Há vários grupos Guarani espalhados no sudoeste do Paraná sobrevivendo com trabalho de peões ou com a venda de artesanatos nas cidades. Da mesma forma vivem os grupos que se espalham pelo interior de Santa Catarina. No Xaçecó os índios vivem de suas roças e pouco artesanato que vendem. No Duque de Caxias os Guaranis vivem de suas roças e do trabalho como peões. Vivem na mata, ainda conservada naquele posto, apesar das freqüentes depredações promovidas por madeireiras da região (Marchetti, Jost, e outras), em convivência com funcionários da FUNAI. A mais recente ameaça que paira sobre aqueles Guaranis são as notícias que a FUNAI dividirá aquela área indígena em lotes para os índios (há um Grupo de Trabalho do órgão na reserva, para resolver o problema da mesma), “segundo as aspirações dos Kokleng”.

Os Guaranis que moram em Postos Indígenas no Rio Grande do Sul têm uma realidade semelhante aos demais, dos postos do sul.

Próximo ao Posto Votouro os Guaranis possuíam, até 1963, uma área reservada de 740 hectares, que formavam o Toldo Guarani, onde chegaram a morar — há quase vinte anos — cerca de 40 famílias Guaranis. Em 62, o Governo Estadual tirou daqueles índios cercado de 460 hectares, sendo que dos 280 hectares que lhes restaram, a maior parte está invadida pelos colonos brancos. Os índios ali, vivem de suas roças e do trabalho de peões.

No município de Osório (RS), um grupo é usado para um centro artesanal, ligado à Secretaria de Turismo do município, para a qual fazem cestos, que são vendidos com lucros de mais de 100%, conforme denúncias veiculadas na imprensa. Vivem sem terra, morando em uma das cocheiras do Parque do Rodeio.

Em Tapes, a terra em que vive o grupo aí instalado pela Associação Nacional de Apoio ao índio — ANAÍ — é de particulares, que a emprestaram aos índios por três anos, os índios deste grupo vivem de suas roças e da venda de artesanato.

Apesar deste quadro, onde nos situamos um pouco mais nas aldeias é sempre muito grande, especialmente — talvez — entre os Mbyá. Por outro lado, uma alimentação deficiente e as precárias condições de muitas aldeias, faz com que sejam mais suscetíveis a doenças. Assim, a título de exemplo, há quase dois anos, morreram

entre os Mbyá do Xapecó, 6 crianças em uma semana, vítimas de coqueluche.

A questão terra determina as condições de subsistências do grupo. Não é, porém, o único, fator a concorrer para isto. Mesmo os grupos indígenas da região sul que têm terras garantidas, se vêem obrigados aos trabalhos de peões, diaristas, e bóias-frias, para assim poder garantir a sobrevivência de suas famílias. Isso porque, faltam-lhes as condições materiais que lhes garantem a possibilidade de fazer roças e ter boas colheitas. Cria-se um círculo vicioso: não se plantam roças porque quando falta alimento e dinheiro precisam trabalhar fora das reservas (peões, etc.) para consegui-lo; indo trabalhar fora das reservas sobra-lhes pouco tempo para fazer suas roças, o que implica em uma pequena colheita; isso, por sua vez significa pouco alimento e pouco dinheiro no ano seguinte.

Da mesma forma os Guarani que se situam em terras garantidas aos índios (reservas) — tanto quanto os outros fora delas — se vêem obrigados a vender sua força de trabalho a colonos fazendeiros. Em alguns lugares participam da indústria de turismo, explorados, na sua habilidade manual, confeccionando cestos, arcos e flechas para enfeites, chocalhos e outras coisas.

Egon Schaden fala também do desleixo das atividades econômicas pela crença da proximidade do fim do mundo (Cf. Schaden, Egon, *idem*).

Enfrentam também, como os demais grupos indígenas da região, a discriminação por parte dos brancos (isso é mais acentuado nas zonas sulinas de colonização italiana e alemã). Estes, de modo geral, alimentam preconceitos e estereótipos com relação aos índios que encobrem muitas vezes — ou buscam justificar da intrusão das reservas por parentes e amigos.

Ainda, um problema comum aos demais grupos indígenas da região é o alcoolismo. Esse problema existe em diversas comunidades desde as mais desagregadas do litoral paulista, até os Mbyá dos PI. Mangueirinha, Xapecó, e Duque de Caxias.

Diante desta realidade, aqui rapidamente esboçada, caberia indagar sobre qual tem sido a atuação da Fundação Nacional do Índio em favor dos Guaranis e dos demais povos indígenas no país? Da mesma forma, de que modo outros organismos — entre os quais, os missionários estão procurando colaborar na caminhada deste povo?

OS GUARANI E AS ENTIDADES. — FUNAI, MISSÕES, ANAÍ

FUNAI

Embora a FUNAI seja o órgão oficial de Assistência aos povos indígenas no Brasil, sua atuação na região sul limita-se ao âmbito

das reservas, em muitas das quais tem grandes plantações, cria gado e explora a madeira existente, em serraria própria. Ao que tudo indica, os índios do Sul que, por uma ou outra razão, não habitam nas reservas, não existem para a FUNAI.

Desse modo, os relacionamentos dos Guaranis com a FUNAI só podem ser analisados nos casos em que eles habitam reservas indígenas. Exceção foi o recente levantamento que a FUNAI mandou realizar, sobre o paradeiro e situação dos Guaranis no litoral paulista, no entanto, até agora nada se sabe sobre como esse levantamento beneficiará os índios.

Nos Postos Indígenas, sob a responsabilidade da Fundação Nacional do Índio, há que analisar alguns aspectos, quando nos ocupamos do relacionamento dos Guaranis com aquele órgão.

O primeiro deles é o da chefia do Posto. O Chefe do Posto é a personificação da FUNAI para o Índio, e suas atitudes com relação a eles é determinante no relacionamento com os Guaranis.

Nos Postos indígenas onde os Guaranis são a maioria ou a totalidade, a Chefia do Posto se faz sentir mais intensamente. Nesses casos, os Guaranis sentem o mesmo que os demais grupos em reservas da região: sentem o abandono em que os Postos são relegados, e, devido a falta de recursos, por mais boa vontade que tenha a Chefia, ela pouco ou nada pode fazer. Assim, enfrentam o problema da falta de medicamentos, falta de meios para melhores atendimentos (veículo, combustível), e, muitas vezes, falta de pessoal, sentem também, como aqueles, o problema da garantia das terras e da sua preservação. Os guaranis são obrigados também, em muitos casos, a assistir a invasão das reservas sem que a FUNAI tome qualquer medida eficaz para impedir ou retirar os intrusos. Pior que isso talvez, é a exploração das riquezas existentes nas áreas, realizada pelo órgão. Isso é tanto mais dramático quando disso resulta a devastação da área, insuportável para os guaranis. Entretanto, é o que ocorre no Posto Caarapó, no Xaçecó e é o que se fará em Ibirama, no Duque de Caxias.

No litoral paulista, os grupos que moram fora do único posto indígena ali existente — Peruíbe — de um modo geral criticam duramente o órgão e não desejam morar em reservas dirigidas pelo mesmo.

Nas reservas dos Estados Sulinos, quase sempre elogiam os Chefes do Posto, que não os incomodam, limitando-se a atendê-los quando necessitam. Não admitem, no entanto, que se intrometam demais em sua vida, o que em geral não acontece porque os chefes já vão advertidos sobre isso. Esse fator, decorrente da acentuada consciência étnica e do grande amor à liberdade, que alimentam os guaranis faz com que se diferenciem dos Kaingang no tocante à obediência ao Chefe do Posto. De fato, é norma da FUNAI não permitir

que índios saiam das reservas sem expressa autorização da Chefia do Posto. Os Kaingang, durante anos, durante décadas submetidos pelo SPI e posteriormente pela FUNAI, assimilaram de tal maneira esta imposição que são raros os que têm coragem de fazer uma viagem sem pedir autorização. Os guaranis, por sua vez, nunca a pedem, cientes de que não devem satisfazer a ninguém a não ser a si mesmos e a seus grupos. Isso permite que se mantenham sempre em contato, em visitas freqüentes.

É característico, nestas reservas, que os guaranis sempre habitaram em locais de difícil acesso ou, pelo menos, distantes o quanto possível dos brancos e dos outros índios, e, onde é possível, nos lugares onde ainda há mato.

Ainda nas reservas da região, os guaranis não freqüentam escola. Por fim, a partir deste ano, a FUNAI tem aposentado — em convênio com o FUNRURAL — os índios com mais de 70 anos. Isso se estende também aos guaranis, que já têm velhos recebendo pensões, em algumas reservas.

MISSIONARIOS

Infelizmente, os missionários das diversas igrejas de um modo geral ainda trazem consigo estereótipos e conceitos errôneos (em geral etnocêntricos) sobre a cultura e a religião indígena. Isso faz com que seu trabalho mais prejudique do que beneficie o grupo que atinge. Isso se dá no âmbito das diversas igrejas, não sendo privilégio de uma ou de outra.

Lamentavelmente, no sul do Brasil as populações indígenas ainda se encontram abandonadas pelas Igrejas, que poderiam ser um elemento importante na sua luta pela sobrevivência. Felizmente, porém, por outro lado, há muitos elementos nessas Igrejas que não se animaram a impor aos guaranis outra religião, o que evita transtornos a vários grupos.

O Conselho Indigenista Missionário patrocinou em julho, uma reunião com pessoas que atuam ou desejam atuar junto aos guaranis no país. Também participaram antropólogos e pessoas com experiência junto a esses grupos. Haverá uma outra reunião assim no início de 1978, onde o CIMI conta com a presença de maior número de elementos, inclusive de países vizinhos. O objetivo é iniciar uma preparação de pessoas que possam atuar junto às comunidades guaranis no Brasil, recorrendo para isso, a pessoas que já atuam junto a esses povo e tem dele um conhecimento mais amplo. Outro objetivo da reunião é fazer com que toda a presença junto a grupos guaranis no Brasil se desenvolva numa mesma linha e num trabalho conjunto e integrado.

ANAÍ

A Associação Nacional do Índio, fundada em junho último, buscando cumprir as finalidades que determinaram sua criação. Teve oportunidade de prestar auxílio a um grupo guarani que, oriundo da Argentina, instalou-se sob a Ponte do Canal Furado Grande, no Rio Guaíba, em Porto Alegre. O grupo de cerca de 40 pessoas, em contato com a ANAÍ, aceitou morar nas terras (26 ha) que aquela entidade conseguiu empdestadas de uma família no município de Tapes. O grupo está ali há dois meses e meio, e cultivam as terras que por três anos lhe estão garantidas.

Outro grupo que foi beneficiado pelo trabalho daquela entidade é um grupo de 20 Mbyá que se instalou em Osório (RS). A ANAÍ denunciou a exploração daquele grupo por parte da Secretaria de Turismo do município, que revende o artesanato feito pelos índios.

CONCLUSÃO

Este breve relato da situação dos guaranis no Brasil hoje, permite perceber o quanto está por se fazer por eles, e o quanto está se fazendo, muito aquém da real necessidade.

Os povos indígenas são vivos, e não fósseis de museus. Por isso mesmo não podemos nos limitar a "estudá-los", senão que devemos nos comprometer com sua luta ou deixar de usá-los para proveito nosso. Assim também com os guaranis. Os guaranis que morreram nas batalhas destruidoras dos Trinta Povos das Missões têm uma lição a nos dar, mas por eles nada mais podemos fazer, os guaranis que contam são os guaranis que vivem hoje, espalhados nessa enorme região que vai de Minas e Espírito Santo, passando por São Paulo e pelo sul do Mato Grosso, até o Rio Grande do Sul, e, no plano direito do Paraná, do Peperi e do Uruguai, por vastas extensões do Padaguai e Argentina. Por eles podemos e devemos fazer alguma coisa.

